



Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - Eletrocar

CNPJ 88.446.034/0001-55 - I.E.025/0053039

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

A administração da CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR apresenta a Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas e Demonstrativos adicionais, dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal e da Manifestação do Conselho de Administração, bem como um resumo das principais atividades desenvolvidas pela empresa contidos no Relatório da Administração, relativos ao exercício social de 2024.

Área de concessão e atuação

A Eletrocar atende os municípios de Carazinho, Chapada, Coqueiros do Sul, Santo Antônio do Planalto e Almirante Tamandaré do Sul nas áreas urbanas e rurais e nos municípios de Colorado e Selbach, somente a área urbana. Sua sede está localizada no município de Carazinho, região Norte do estado do Rio Grande do Sul, distante 290 km da capital, Porto Alegre, pela BR 386.

A Eletrocar é uma empresa concessionária dos serviços públicos de energia elétrica, tendo sua concessão de distribuição estabelecida com a Agência Nacional de Energia Elétrica-Aneel, até 07/07/2045 conforme 4º aditivo ao contrato de nº 084/2000 de 18/10/00.

Mercado

A ELETROCAR atende em sua área de concessão um total de 40.161 consumidores, apresentando um crescimento de 74% em relação a 2023 com incremento de 296 novos consumidores, já o consumo em MWh teve um aumento de 8,46% no mesmo período.

Mercado/Classes	MWh			Nº Consumidores		
	2024	2023	Var. %	2024	2023	Var. %
Residencial	80.687	73.729	6,13	31.861	31.593	0,85
Industrial	62.012	56.438	(1,20)	152	159	(4,40)
Comercial	50.770	45.779	5,07	4.035	3.994	1,03
Rural	22.571	22.329	(6,05)	3.631	3.647	(0,44)
Outros*	16.841	16.433	1,58	483	472	2,42
Total	232.881	214.708	2,19	40.161	39.865	0,74

Investimentos

Imobilizações/R\$ do ano	2024	2023	2022
Redes de Distribuição	6.488.26	5.676.064	4.034.261
Linhas de Transmissão	-	-	-
Subestações	99.254	211.569	14.663
Terrenos/Edificações	-	288.466	-
Medidores/Telemedicação	1.099.701	818.718	1.215.600

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro - Valores em milhares de Reais

Ativo	Legislação Societária		Passivo	Legislação Societária	
	NE	2024		NE	2024
Circulante	38.163	31.459	Circulante	37.424	36.542
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.1	2.884	Fornecedores	7.13.1	8.839
Consumidores	7.2	15.198	Empréstimos e Financiamentos	7.13.6	2.006
Serviços em Curso	7.3	650	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.13.3	2.251
Tributos a Compensar	7.4	551	Tributos	7.13.2	2.346
Ativos Financeiros Setoriais	7.6	5.937	Dividendos Declarados	-	55
Créditos a Receber	7.8	6.777	Encargos Setoriais	7.13.4	1.178
Estoques	7.9	5.069	Passivos Financeiros Setoriais	7.6	8.843
Despesas Antecipadas	7.10	197	Outras Obrigações	7.13.5	11.906
Não Circulante	82.907	92.330	Provisões Passivas	7.13.7	-
Consumidores	7.2	2.536	Não Circulante	15.165	21.000
Investimentos temporários	7.7	161	Empréstimos e Financiamentos	7.13.6	794
Tributos a Compensar	7.4	3.688	Tributos	7.13.2	1.454
Depósitos Judiciais e Cauções	7.5	51	Encargos Setoriais	7.13.4	1.876
Ativos Financeiros da Concessão	7.12	5.666	Outras Obrigações	7.13.5	868
Outros Créditos	7.11	10	Provisões Passivas	7.13.7	10.173
			Patrimônio Líquido	68.481	66.247
Intangíveis - em Serviço	7.12	69.452	Capital Realizado Atualizado	7.14.1	44.700
Intangíveis - em Curso	7.12	1.343	Reservas de Capital	7.14.2	233
			Ajuste de Avaliação Patrimonial	7.14.3	19.526
			Reservas de Lucros	7.14.4	4.022
Total do Ativo	121.070	123.789	Total do Passivo	121.070	123.789

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findo em 31.12.24 e 31.12.23 - Valores em milhares de Reais

	Legislação Societária				
	Capital realizado atualizado	Reserva de capital	Ajuste avaliação patrimonial	Reserva de lucros	Lucros/prejuízos acumulados
Saldos em 31.12.22 (R\$)	35.000	102	22.340	5.617	-
Aumento Capital Social	-	-	-	-	-
Realização/Ajustes de reservas	-	61	(1.414)	864	(489)
Lucro do exercício	-	-	-	-	4.620
Distribuição Dividendos/JCP	-	-	-	(925)	(925)
Destinações propostas a AGO:	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	231	(231)
Reserva de Lucros	-	-	-	4.371	(18)
Saldos em 31.12.23 (R\$)	35.000	163	20.926	10.158	-
Aumento Capital Social	9.700	-	-	(9.700)	-
Distribuição Dividendos/JCP	-	-	-	(436)	(436)
Realização/Ajustes de reservas	-	70	(1.400)	823	(507)
Lucro do exercício	-	-	-	-	3.197
Destinações propostas a AGO:	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	160	(160)
Reserva de Lucros	-	-	-	3.017	(20)
Saldos em 31.12.24 (R\$)	44.700	233	19.526	4.022	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

1. Contexto operacional: A Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - ELETROCAR, sociedade de economia mista de capital fechado, controlada pelo município de Carazinho no Estado do Rio Grande do Sul. É uma concessionária de energia elétrica tendo como finalidade projetar, construir e explorar sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, podendo também participar de consórcios com empresas privadas com objetivo de desenvolver atividades na área de geração de energia. Atualmente a empresa desenvolve as atividades de distribuição de energia elétrica, sendo atendidos sete municípios da área de concessão, com 39.865 consumidores, a sua sede administrativa está localizada na cidade de Carazinho, na região norte do Estado do Rio Grande do Sul. A maior parte da receita é oriunda do fornecimento de energia elétrica e de suas atividades inerentes e acessórias. Tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, conforme contrato de concessão de Distribuição de Energia Elétrica que tem por objetivo a exploração do serviço público de energia elétrica. Atualmente a Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica.

2. Concessão: Contratos de Concessão assinados com o órgão do poder concedente ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica:

Data Con- Adi- Tipo
Assinatura trato nº tive Data Concessão Vencimento
 18/10/2000 084/2000 4º 09/12/15 Distribuição 07/07/2045
 Através do Decreto 8.461 de 02/06/15 foi regulamentada a renovação das concessões cujos contratos de distribuição venceram em 07/07/15. Através do Despacho do MME de 09/11/15 foi autorizado a Eletrocar proceder a renovação da concessão. Assim sendo em 09/12/15 foi assinado o quarto termo aditivo ao contrato de distribuição nº 084/2000 junto a Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão regulador, cuja renovação tem prazo de trinta anos, vencendo em 07/07/2045. A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária. Não poderá ocorrer transferência de controle acionário majoritário da concessionária sem anuência prévia do poder concedente. O novo aditivo ao contrato traz cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço ao final da concessão, bem como metas a serem cumpridas para a continuidade da concessão. **3. Resultado tarifário anual e revisão periódica:** No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas

Imobilizações/R\$ do ano	2024	2023	2022
Veículos	-	-	2.047.856
Equipamentos	158.405	116.023	407.669
Total das Imobilizações	7.845.622	7.110.840	7.720.049
Valores Adicionados por atividade	2024	2023	2022
Distribuição	7.747.843	7.013.061	7.321.332
Administração	97.779	97.779	398.717
Total das Imobilizações	7.845.622	7.110.840	7.720.049

Desempenho Econômico Financeiro

Receita operacional:

A receita operacional bruta da Companhia totalizou R\$175.698.422,95 em 2024 ante R\$156.773.892,69 em 2023, um aumento de 12,07%. A receita de fornecimento de energia elétrica faturada foi de R\$134.076.480,68 em 2024 ante R\$121.816.040,39 mil em 2023, tendo um aumento de 10,06%.

Despesas operacionais e deduções à receita:

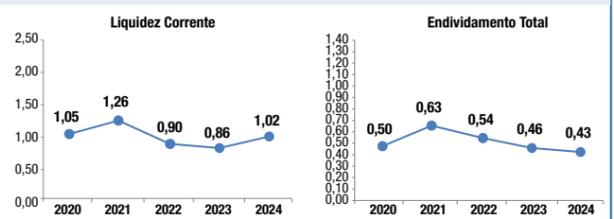
As despesas operacionais totalizaram R\$171.893.913,63 em 2024 ante R\$151.582.184,40 em 2023, com um aumento de 13,70%.

Endividamento:

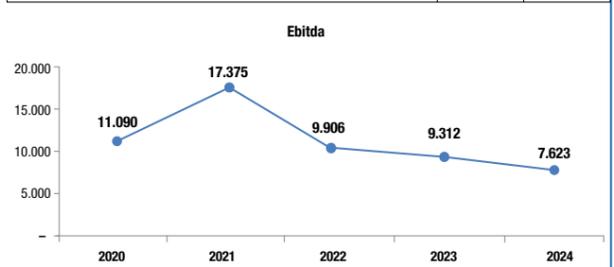
Neste exercício, o endividamento líquido passou de R\$6.960.588,61 em 2023, para R\$869.733,19 em 2024, tendo uma redução de R\$6.090.855,42, uma redução de 600,31%, representando 1,27% de comprometimento do patrimônio líquido, tendo seu reflexo no pagamento de dívidas de curto prazo.

Resultado Líquido: Em 2024, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$3.196.950,26, ante um lucro de R\$4.620.333,04 em 2023, tendo uma redução de 30,81%.

Resumo da Demonstração do Resultado	2024	2023	Variação %
Receita das operações	175.698	156.774	12,07
Deduções à receita	(54.358)	(49.594)	9,61
Custo com energia elétrica	(76.723)	(66.531)	15,32
Demais despesas operacionais	(40.812)	(35.051)	16,44
Resultado Operacional do Serviço Público	3.805	5.598	(32,03)
Resultado financeiro	(1.941)	(1.709)	13,57
Lucro antes dos impostos	1.864	3.889	(52,07)
I. renda e contribuição social	(1.692)	(2.050)	(17,43)
Reversão juros capital próprio	3.025	2.782	8,77
Lucro líquido do exercício	3.197	4.620	(30,81)



EBITDA	2024	2023
Lucro Líquido antes IR/CS	3.197	4.620
Impostos	1.692	2.050
Reversão Juros JCP	(3.026)	(2.782)
Redito financeiro	1.941	1.709
(+) Depreciação/Amortização	3.819	3.715
EBITDA	7.623	9.312



Demonstração do Resultado do Exercício Findo em 31 de Dezembro - Valores em milhares de Reais

	Legislação Societária	
	NE	2024
Receita Operacional	7.16	175.698
Fornecimento de energia elétrica	7.16.1	134.076
Subsídios tarifários	7.16.1	15.482
Suprimento - CCEE	7.16.1	824
Receitas de compensação tarifária	7.16.1	13.716
Receita construção de infraestrutura concessão	7.16.1	7.432
Outras receitas	7.17	4.168
Deduções da receita operacional	7.18	54.358
Taxas regulamentares	7.18.1	20.106
ICMS	7.18.2	20.400
COFINS/PASEP/ISS	7.18.2	13.852
Receita Operacional Líquida	121.340	107.180
Custos Operacionais	117.536	101.582
Custo com energia elétrica	7.19	84.155
Energia elétrica comprada para revenda	7.19	52.539
Encargos de transmissão, conexão	7.19	21.834
Encargos e demais despesas setoriais	7.19	2.351
Custo de construção de infraestrutura concessão	7.19	7.431
Custos de operação	7.20	33.381
Pessoal	7.20	17.345
Material	7.20	1.270
Serviços de terceiros	7.20	4.588
Depreciação e amortização	7.20	3.819
Provisões	7.20	1.956
Outras despesas	7.20	4.403
Lucro operacional bruto	7.21	3.981
Receita financeira	7.21	5.922
Despesa financeira	7.21	5.922
Resultando financeiro	(1.941)	(1.709)
Resultado operacional	1.864	3.889
Reversão juros capital próprio	3.025	2.782
Lucro antes impostos	4.889	6.670
Contribuição social	7.15	(468)
Imposto de renda	7.15	(1.224)
Lucro Líquido do Exercício	3.197	4.620
Lucro p/Ação do Capital Social (R\$)	2,00	2,89

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração do Valor Adicionado do Exercício Findo em 31 de Dezembro - Valores em milhares de Reais

	Legislação Societária	
	2024	2023
Geração do Valor Adicionado:		
Receitas de venda de energia elétrica	168.267	150.295
Receita de construção de infraestrutura	7.432	6.479
Provisão p/contingências	(1.956)	(1.266)
173.743	155.508	
(-) INSUMOS		
Custo da energia comprada	76.724	66.531
Custo de construção de infraestrutura	7.432	6.479
Material	1.270	1.251
Serviço de terceiros	4.588	3.687
Encargos setoriais	20.106	19.954
Outros encargos	3.567	2.762
113.687	100.664	
Valor Adicionado Bruto	60.056	54.845
Depreciação e amortização	3.819	3.715
Valor Adicionado Líquido Gerado	56.237	51.130
Receitas financeiras	3.981	5.786
Valor Adicionado a Distribuir	60.218	56.915
Distribuição do Valor Adicionado:		
Empregados e Administração:		
Remuneração do trabalho	9.065	8.217
Encargos sociais (exceto INSS)	705	634
9.770	8.851	
Benefícios	3.821	3.318
Provisões	2.429	2.130
Indenizações trabalhistas	-	4
Custos imobilizados	(1.398)	(1.134)
14.622	13.169	
Governos:		
ICMS	20.400	17.224
PIS/COFINS	13.852	12.416
INSS	2.723	

★ **continuação** **Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - Eletrocar** - CNPJ 88.446.034/0001-55 - I.E.025/0053039

correspondente for faturada. Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão e apresentar a realização dos componentes tarifários e da efetiva remuneração com obediência ao Pressuposto Básico da Competência, no processo de confrontação das despesas com as receitas entre os períodos contábeis. **5.3 - Ativo imobilizado e depreciação** - Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, e estão deduzidos da depreciação acumulada. Bens e instalações são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares, por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço. A Depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, tomando-se por base os bens registrados nas UC - Unidades de Cadastro, conforme resolução Aneel 674/15 da Aneel. As taxas anuais estão estabelecidas em tabela anexa a esta resolução. Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais. Em função do disposto na IG 36 do Plano de Contas, os juros e encargos financeiros relativos a financiamentos, quando efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados como custo neste subgrupo. **5.4 - Obrigações especiais vinculadas à concessão** - são registradas pelos valores recebidos de consumidores e órgãos públicos para a realização de obras necessárias ao atendimento de fornecimento e estão vinculadas ao imobilizado. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica. **5.5 - Reserva de avaliação** - A reserva de avaliação está representada pelo registro das avaliações regulatórias compulsórias, com base nas Revisões Tarifárias Periódicas, cuja contrapartida está vinculada aos bens do ativo imobilizado que lhe deram origem e das Obrigações Especiais. Sua movimentação ocorre pela baixa dos bens que a geraram, bem como pelos encargos de depreciação. **6. Práticas Contábeis Gerais:** **6.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa** - Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários de vista e aplicações financeiras com vencimentos originais de 90 dias. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **6.2 - Consumidores, Contas a receber de clientes e outros** - estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável. **6.3 - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa** - é constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do serviço Público de Energia elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, considerando suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber. **6.4 - Estoques** - estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização. **6.5 - Cauções e Depósitos Vinculados** - referem-se a garantias prestadas, para atendimento as exigências legais, vinculados a processos judiciais. **6.6 - Receitas de fornecimento de energia elétrica** - são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período não lido, é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida. **6.7 - Fornecimento de energia elétrica não faturado** - até 31/12/24 foi contabilizado com base no regime de competência considerando o número de dias decorridos desde a última leitura até o último dia do mês, com base no consumo da última fatura e estão demonstrados na conta Consumidores. **6.8 - Receita e Custo de Construção** - O ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos 17 - Contratos de Construção (serviços de construção e melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação/fornecimento de energia elétrica, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão). A Concessionária contabiliza Receitas e Custos relativos a serviço de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a "zero", considerando que: - A atividade-fim da Concessionária é a distribuição de energia elétrica; - Toda a receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura sua atividade-fim. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas no Ativo Intangível em curso é transferida para o resultado, como receita e custo de construção. **6.9 - Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - PEE** - São programas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética, para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9.991/00 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/08 e 316/08. **6.10 - A provisão sobre as férias vencidas e/ou proporcionais; 13º Salário e 1/3 sobre Férias** - estão apresentadas na conta "Obrigações Sociais e Trabalhistas" no Passivo Circulante. **6.11 - Ativo Financeiro - Indenizável (concessão)** - refere-se à parcela não amortizada até o final da concessão, dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão. Esses investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo do contrato de concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da companhia. Este registro ocorre da aplicação da Interpretação Técnica ICPC-01 e da orientação OCP 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão. **6.12 - Ativos Intangíveis** - Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecedora para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequentemente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo da concessão. Estão em consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 (contratos de Concessão) e OCP 05 (contratos de Concessão). Os contratos de concessão têm vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão. São avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. **6.13 - Provisão para o imposto de Renda e Contribuição Social** - é calculada conforme legislação vigente, sobre lucro real anual, e reconhecido o diferimento em função de diferenças intertemporais. **6.14 - Despesas pagas antecipadamente** - são compostas por valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridas. **6.15 - Aplicações Financeiras** - estão demonstradas ao custo da aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes até a data do balanço. **6.16 - PIS/COFINS** - A tributação nas receitas, é pela não cumulatividade, estando sujeitas as alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,60% para a Cofins. **6.17 - Ajuste de Avaliação Patrimonial** - A Lei 11.638/07 determinou que periodicamente as empresas devem reavaliar seus Ativos e Passivos e proceder ajustes que devem ser lançados na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Consoante ao que determina a NBC TG 01 (R4), que trata da redução de ativos ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve indicativo de deterioração e em

função disso a Companhia não efetuou análise para seus ativos. **6.18 - Empréstimos e financiamentos** - As obrigações desta natureza estão em moeda nacional, atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até a data dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos. **6.19 - Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações referentes a bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Contempla, principalmente, os saldos a pagar relativos a aquisição de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica. **6.20 - Encargos setoriais** - São obrigações a recolher, derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica, estabelecidos em lei federal e normatizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. **6.21 - Dividendos** - A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as compensações de prejuízos acumulados e as devidas destinações legais, a Companhia registra provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, no passivo circulante, e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido. **6.22 - Provisões** - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. **6.23 - Demais direitos e obrigações** - Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais e estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. **6.24 - Questões ambientais** - A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. As demandas correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento. **6.25 - Transações entre partes relacionadas** - As transações de compra e venda de energia, de prestação de serviços e de mútuo são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. As mesmas são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos. **6.26 - Demonstrações do valor adicionado** - A Empresa incluiu na divulgação das suas demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada e a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída. **6.27 - Apuração do resultado** - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. **7. Notas Explicativas: 7.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa. **Disponíveis**

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários a vista	652	414
Aplicações Financeiras de liquidez imediata	1.887	810
Numerário em Trânsito	345	178
Total	2.884	1.402

7.1.1 - As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. **7.1.2** - Numerário em trânsito referem-se valores da arrecadação em processo de classificação em função do float bancário. **7.2 - Consumidores - Contas a Receber**

	Créditos a Receber				Total	
	Vin- cendos	até 90 dias	+ 90 dias			
Consumidores	2.953	1.514	1.054	5.521	5.496	
Residencial	2.953	1.514	1.054	5.521	5.496	
Industrial	533	20	109	662	734	
Comércio e serviços	1.469	275	351	2.095	2.219	
Rural	927	163	39	1.130	1.124	
Poder público	140	5	-	145	217	
Iluminação pública	173	13	-	187	295	
Serviço público	70	6	-	76	330	
Consumidor livre	1.194	-	-	1.194	1.193	
Serviço taxado e outros	901	89	188	1.178	1.211	
(-) Arrecadação proc. classificação (161)	-	-	-	(161)	(132)	
Enc. capacidade emergencial	-	-	1	1	3	
Renegociação/ parcelamento	988	45	163	1.196	1.074	
Não faturado	3.397	-	-	3.397	2.927	
Participação financeira cons.	433	-	-	434	50	
Subtotal	13.018	2.131	1.905	17.054	16.741	
(-) Crédito liq. duvidosa	-	-	-	(1.856)	(1.856)	(1.912)
Total	13.018	2.131	49	15.198	14.829	

 • Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso. **7.2.1 - Parcelamentos:** Parcelamento de débitos de consumidores referem-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores. Com base na melhor estimativa da Administração, para os montantes sem garantia ou sem expectativa de recebimento, foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa. **7.2.2 - Receita não faturada:** correspondente ao período não lido do fornecimento de energia elétrica é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida. **7.2.3 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:** A provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa foi constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber. **Composição**

	2024	2023
Residencial	1.148	1.099
Industrial	110	174
Comercial	372	387
Rural	35	41
Outros	191	211
Total	1.856	1.912

7.3 - Serviços em Curso: Referem-se aos custos dos programas

de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - PEE em andamento, apurados através de Ordem de Serviço - ODS, sendo: **Composição**

	2024	2023
Pesquisa e desenvolvimento	-	-
Eficiência energética	554	522
Outros	96	20
Total	650	522

7.4 - Tributos a Compensar: A empresa, por força de determinações legais teve e/ou procedeu retenções/antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais. **Circulante Não Circulante**

	2024	2023	2024	2023
Impostos	314	323	429	493
ICMS - compras do ativo imobilizado	236	267	(175)	(171)
ICMS - Subvenções consumidores	1	3.434	13.289	-
PIS/COFINS	-	-	-	-
Imposto de Renda/Contribuição Social	-	-	-	-
Total	551	590	3.688	13.611

 • ICMS compras do ativo imobilizado: refere-se aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível e imobilizado, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores. • ICMS sobre subvenções consumidores: refere-se a cobrança de ICMS pelo Estado do Rio Grande do Sul, sobre as subvenções tarifárias recebidas. • Imposto de renda retido na fonte e contribuições: originado basicamente de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras e do fornecimento de energia elétrica aos órgãos públicos, serão compensados com as antecipações mensais de IRPJ e Contribuição Social. • Imposto de renda e contribuição social: O saldo de Imposto de renda e contribuição social, refere-se a valores pagos na modalidade estimativa a maior, a serem compensados com os impostos devidos. • PIS/COFINS, créditos da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS conforme processo Judicial 5000174-80.2012.4.04.7104/RS, com trânsito em julgado em 20/10/20 e Despacho Decisório RFB nº 1268 em 23/07/21 no valor atualizado de R\$35.103.644,20. Valor original no período de 02/2007 a 10/2020 de R\$23.734.642,54. Os valores compensados de julho de 2021 a dezembro de 2024 foram de R\$40.434.953,22. **7.5 - Depósitos Judiciais e Cauções:** Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei. **Depósitos**

	Circulante	Não Circulante		
	2024	2023	2024	2023
Ações cíveis	-	-	-	-
Ações trabalhistas	-	-	51	50
Total	-	-	51	50

7.6 - Ativos e Passivos Financeiros Setoriais: A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas. A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativo e passivo financeiro setorial, conforme demonstrado a seguir: **CVA 2024**

	Pas-Ativa	Li-siva	Pas-Ativa	Li-siva	Quida	
Custo de aquisição de energia	2.069	54	2.015	157	372	(215)
Proinfla	-	110	(110)	6	160	(154)
Transporte energia - rede básica	1.715	-	1.715	1.135	17	1.118
Transporte energia - Itaipu	125	155	(30)	247	-	247
Conta de desenvolvimento energético - CDE	55	57	(2)	109	49	60
Encargos de Serviço - ESS	745	-	745	13	224	(211)
Neutralidade da parcela A	-	1.896	(1.896)	367	766	(399)
Sobrecontratação de energia	1.228	47	1.181	370	-	370
Devoluções tarifárias	-	6.139	(6.139)	-	6.621	(6.621)
Outros	-	384	(384)	-	178	(178)
Total	5.937	8.842	2.905	2.404	8.387	(5.983)

Circulante Circulante

	2024	2023	2024	2023
Ativos e Passivos regulatórios	1.428	1.474	-	-
Ativos regulatórios - em recuperação	1.428	1.474	-	-
Ativos regulatórios - em formação	4.509	930	-	-
Total do Ativo	5.937	2.404	-	-

7.12 - Ativo Intangível e Financeiro: 7.12.1 - Pela formação/Natureza:

	Em milhares de Reais							
	Intangível		Ativo Financeiro		Avaliação		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Intangíveis	180	4	2.664	2.664	1.495	1.495	4.339	4.163
Terrenos	284	284	17	17	2.446	2.446	2.747	2.747
Edificações, obras civis e benfeitorias	967	1.040	3	3	407	432	1.377	1.475
Máquinas e equipamentos	47.763	47.229	6.909	5.571	28.176	30.262	82.848	83.062
Veículos	1.697	2.096	-	-	19	21	1.716	2.117
Móveis e utensílios	17	21	-	-	13	14	30	35
Em curso	1.343	1.191	-	-	-	-	1.343	1.191
52.251	51.865	9.593	8.255	32.556	34.670	94.400	94.790	
(-6.649)	(5.323)	(3.926)	(4.292)	(13.030)	(13.744)	(23.605)	(23.359)	
45.602	45.542	5.667	3.963	19.526	20.926	70.795	71.431	

 • A agência reguladora, Aneel, é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor de indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo de concessão. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como concessão do serviço público (Ativo Financeiro). • Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrado no Ativo Intangível, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais). **Depreciação e**

	2024		2023		
	Imobilizado	Bruto	amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Custo histórico	99.815.406,25	35.434.838,35	64.380.567,90	61.080.366,88	
Reavaliação	54.170.278,61	24.064.428,86	30.105.849,75	32.218.136,61	
Custo histórico	4.907.578,87	3.296.332,80	1.611.246,07	1.811.292,75	
Reavaliação	3.649.622,10	1.199.289,74	2.450.332,36	2.452.180,28	
162.542.885,83	63.994.889,75	98.547.996,08	97.561.976,52		
Distribuição		1.334.219,97	1.184.962,65		
Administração		183.720,09	5.876,75		
		1.517.940,06	1.190.839,40		
162.542.885,83	63.994.889,75	100.065.936,14	98.752.815,92		
Saldo inicial em 01/2024				Transfêrencia s/ajustes	Saldo final em 12/2024
Intangíveis	3.595.050,86	-	-	-	3.595.050,86
Terrenos	301.278,47	-	-	-	301.278,47
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2.394.342,96	-	-	-	2.394.342,96
Máquinas e equipamentos	88.825.702,11	7.845.622,43	2.066.451,76	-	94.604.872,78
Veículos	3.596.521,59	-	-	-	3.596.521,59
Móveis e utensílios	230.918,46	-	-	-	230.918,46
Total em serviço	98.943.814,45	7.845.622,43	2.066.451,76	-	104.722.985,12
(-) Reintegração acumulada					
Intangíveis	926.882,12	-	-	-	926.882,12
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	1.350.830,75	73.813,78	-	-	1.424.644,53
Máquinas e equipamentos	32.064.081,80	3.258.816,06	1.055.880,28	-	34.267.017,58
Veículos	1.500.572,54	398.852,87	-	-	1.899.425,41
Móveis e utensílios	209.787,61	3.413,90	-	-	213.201,51
Total reintegração acumulada	36.052.154,82	3.734.896,61	1.055.880,28	-	38.731.171,15
Saldo Líquido	62.891.659,63	4.110.725,82	1.010.571,48	-	65.991.813,97

continua★

Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - Eletrocar - CNPJ 88.446.034/0001-55 - I.E.025/0053039

7.12.2 - Investimentos realizados:

Tipo de unidade de cadastro	2024		2023	
	Có-digo UC	Quantidade R\$	Quantidade R\$	R\$
Postes	255	810.2.499	738	2.099
Condutores	190	41.380.1.154	42.492	1.153
Regulador de tensão	340	16.649	13	484
Medidores	295	2.779.713	2.793	624
Transformador de distribuição	565	159.1.798	137	1.721
Transformadores de medida	575	30.73	11	22
Equipamento geral e informática	230/235	63.158	26	116

7.12.3 - Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão:

Obrigações Especiais

	2024		2023	
	Vlr. Histórico	Avaliação Total	Vlr. Histórico	Avaliação Total
Participação financeira união, estado, mu	333	633	333	633
Participação financeira consumidor	10.670	10.763	9.388	10.764
Subvenções para investimentos	952	2.033	2.985	2.985
Universalização do serviço público	132	281	413	132
Outros	2.682	5.732	8.414	5.732
Total	14.769	19.442	13.486	19.444
(-) Depreciação	(5.037)	(6.414)	(4.517)	(5.700)
Em andamento	846	846	646	646
Total	10.578	13.028	9.615	13.744

• Refere-se a contribuição do Consumidor, subvenções para investimentos e incentivos fiscais recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e estão vinculados ao ativo imobilizado e a concessão. Estão apresentadas como redução do Ativo Imobilizado, de acordo com o item 6.3.23 do MCSE. • A partir de julho de 2008, a empresa passou a registrar as quotas de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da data da sua formação, tendo seus efeitos anulados no resultado contábil, conforme Despacho 3073/2006. **7.12.4 - Avaliação Patrimonial:**

Avaliação Patrimonial	2024		2023	
	Depre-VMU	VMU	Depre-VMU	VMU
Intangíveis	1.495	1.495	1.594	99
Terrenos	2.446	2.446	2.446	2.446
Edificações	3.105	2.698	407	3.105
Máquinas e equipamentos	50.479	22.303	28.176	51.610
Veículos	28	9	19	28
Móveis e utensílios	267	254	13	267
Totais	57.820	25.264	32.556	59.050

• A Companhia registrou complemento de seu ativo imobilizado, conforme, decorrente da aplicação da mensuração pelo Valor Novo de Reposição - VNR em contrapartida ao Patrimônio Líquido. **7.12.5 - Cálculo da Depreciação:** A Depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, tomando-se por base os bens registrados nas UC - Unidades de Cadastro, conforme resolução ANEEL 674/15 da ANEEL. As taxas anuais estabelecidas em tabela anexa a esta resolução. As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, estão demonstradas a seguir:

Distribuição	Taxas Anuais de depreciação	
	2024	2023
Banco de capacitores	6,67%	
Chave de distribuição - seccionadora tensão igual ou superior a 69 kV	3,33%	
Chave de distribuição - seccionadora tensão igual ou superior a 69 kV	3,33%	
Chave de distribuição - seccionadora tensão inferior a 69 kV	6,67%	
Condutor - classe de tensão igual ou superior a 69 kV	2,70%	
Condutor - classe de tensão inferior a 69 kV	3,57%	
Estrutura do sistema - poste	3,57%	
Estrutura do sistema - Torre	2,70%	
Regulador de tensão - igual ou superior a 69 kV	3,45%	
Regulador de tensão - inferior a 69 kV	4,35%	
Transformador de distribuição - Aéreo	4,00%	
Transformador de Força	2,86%	
Transformador de medida - corrente igual ou superior a 69 kV	3,33%	
Transformador de medida - corrente inferior a 69 kV	4,35%	
Administração central		
Edificações	3,33%	
Veículos	14,29%	
Equipamentos gerais	6,25%	
Móveis e Utensílios	6,25%	

7.12.6 - Dos Bens Vinculados a Concessão: De acordo com os Art. 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26/02/57, os bens e instalações

7.13.2.1 - Tributos Parcelados:

Tributo	meses	2024		2023	
		Início	Final	Circ.	N. Circ.
ICMS Selic	12m	30/11/23	31/09/24	-	-
ICMS Selic	60m	31/10/16	31/08/25	212	212
ICMS Selic	36m	25/07/21	25/06/24	-	-
PIS-PASEO/COFINS	1% a.m. + Selic	60m	27/05/22	27/04/27	364.485.849.335
Soma				576	485.1.061.3.638

7.13.3 - Obrigações Sociais e Trabalhistas:

Obrigações Trabalhistas

	2024	2023
Folha de Pagamento	413	376
Provisão de férias	856	782
Provisão de gratificação 1/3 de férias	285	261
Provisão de encargos sociais	445	404
Tributos retidos na fonte	240	207
Outros	12	14
Total	2.251	2.044

• Folha de Pagamento, saldo de salários provisionados no mês de competência e pagos no mês seguinte. • Provisões - refere-se a provisão de 1/12 avos sobre os salários dos empregados; de férias vencidas e/ou proporcionais, 1/3 de férias e dos encargos sociais. • Tributos retidos na fonte - Imposto de renda retido na fonte e encargos sociais retidos sobre a folha de pagamento mensal, recolhidos no mês seguinte. **7.13.4 - Encargos Setoriais:**

Encargos Setoriais	2024		2023	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Taxa de fiscalização - ANEEL	15	13	-	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE	88	75	-	-
Encargo de Energia de Reserva - EER	336	245	-	-
Programa eficiência energética - PEE	576	20	1.207	1.329
Programa eficiência energética - Procel	94	190	-	-
Programa pesquisa e desenvolvimento - P&D	12	10	669	450
Programa pesquisa e desenvolvimento - FNDCT	38	33	-	-
Programa pesquisa e desenvolvimento - MME	19	16	-	-
Adicional bandeira vermelha	-	-	-	-
Total	1.178	602	1.876	1.779

• PEE e P&D - A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa Selic, conforme as Resoluções ANEEL nº 300/2008 e 316/2008.

Tipo de unidade de cadastro	2024		2023	
	Có-digo UC	Quantidade R\$	Quantidade R\$	R\$
Sistema de telemedição	485	664.314	134	173
Sistema de aterramento	395	737.49	1.035	56
Chave Seccionadora	160	73.68	34	24
Banco de Capacitores	125	1.11	2	25
Religadores	345	5.261	2	114
Painel de medição	305	3.99	10	212
Veículos	615	-	-	-
Urbanização e Benfeitorias	610	-	2	288
Total Investimentos	-	-7.846	-	-7.111

utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos, serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão do poder concedente. A desvinculação dos bens é regulamentada pela Resolução 020/99 da ANEEL, que concede autorização prévia para desvincular bens inservíveis a concessão, quando destinados a alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Para efeitos de apresentação das Demonstrações Contábeis, os bens vinculados estão sendo apresentados como Ativo Imobilizado, conforme orientação do despacho ANEEL 4.097 de 30/12/10, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01. **7.13 - Passivo Circulante e Não Circulante:**

	2024		2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Fornecedores				
Suprimento de energia elétrica	5.054	-	5.054	3.986
Compra de energia elétrica	7	-	7	413
Encargos de uso da rede	1.317	-	1.317	1.721
Encargos de conexão e outros	572	-	572	-
Total	8.839	-	8.839	8.786

	2024		2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Tributos				
ICMS - faturamento	468	969	1.437	683
ICMS - parcelamento	212	-	212	3.303
INSS	335	-	335	305
Imposto de renda e contribuição social	160	-	160	8
FGTS	102	-	102	93
PIS-PASEP/COFINS	601	-	601	650
PIS-PASEP/COFINS - parcelamento	364	485	849	335
Outros	104	-	104	57
Total	2.346	1.454	3.800	5.434

• ICMS faturamento circulante: refere-se ao saldo a recolher do faturamento mensal com vencimento no dia 27 do mês e o saldo no dia 10 do mês seguinte. ICMS não circulante: refere-se a provisão para cobrança de ICMS pelo Estado do Rio Grande do Sul, sobre as subvenções tarifárias recebidas no período de setembro de 2018 a janeiro de 2020. • ICMS Parcelamento - referem-se a débitos de ICMS sobre o faturamento de consumo de energia elétrica e cobrança de ICMS sobre as subvenções tarifárias recebidas no período de janeiro de 2013 a agosto de 2018. Em abril de 2017, a Companhia aderiu ao novo programa de parcelamento do ICMS - "REFAZ 2017", instituído pelo Decreto 53417/17 do governo estadual, referente a débitos já parcelados e débitos em atraso. O Programa previa parcelamentos em até 60 ou 120 meses, dependendo da idade do débito, deduzindo-se as parcelas pagas em parcelamentos anteriores, com prazo final em agosto de 2025. Em agosto de 2021 a empresa parcelou o débito de cobrança de ICMS pelo Estado do Rio Grande do Sul, sobre as subvenções tarifárias recebidas no período de janeiro de 2013 a agosto de 2018, parcelado em 36 meses. • PIS/COFINS parcelados - Débitos de compensações de créditos não aceitos pela Receita Federal, parcelados em 120 meses, com juros de 1% e correção pela Selic. • Demais tributos referem-se ao valor provisionado ou retido no mês, para recolhimento no mês seguinte, conforme o respectivo vencimento.

7.13.5 Outras Obrigações:

Outras obrigações	2024		2023	
	A re- P&D	Em apli- cação	A re- P&D	Em apli- cação
Multas regulatórias	-	-	-	-
Convênios arrecadação por conta terceiros	-	-	398	359
Consumidores	-	-	11.508	6.145
Total	-	-	11.907	6.504

• Os convênios de arrecadação são instrumentos utilizados pela empresa para cobrança na conta do consumidor de contribuições a favor das conveniadas. O item de maior volume refere-se a Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública, instituída pela Emenda Constitucional 39/2002 destinada ao custeio do consumo e manutenção de energia elétrica da rede de iluminação pública. • Consumidores, referem-se a valores a serem devolvidos aos consumidores nas próximas faturas, referentes a faturas pagas em duplicidade, multas regulatórias por violações de indicadores, danos elétricos e créditos de geração distribuída. **7.13.6 - Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais incorridos.

Composição dos saldos dos empréstimos e financiamentos:

Credor	Taxas %	Prazo meses	Datas		2024			2023		
			Início	Final	Circ.	N. Circ.	Total	Circ.	N. Circ.	Total
Eletrobrás	5% a.a. + RGR	120 m	09/03/12	11/05/25	389	-	389	934	389	1.323
Brde	0,38 a.a. + Selic	48 m	15/12/22	15/06/26	507	22	529	514	212	726
Banrisul	0,27 a.a. + CDI	48 m	27/10/22	27/09/26	690	181	871	741	627	1.368
Santander	0,34 a.a. + CDI	36 m	05/02/24	20/01/27	420	590	1.010	-	-	-
Total					2.006	793	2.799	2.564	1.228	3.792

• Os empréstimos junto a Eletrobrás e Badesul foram obtidos para investimentos em uma Linha de Transmissão - LT 69 kV TPRZ, com 46 km de extensão, 2 circuitos, 6 fases com estruturas metálicas, ligando a SE da Eletrosul em Tapera com a SE Carazinho I. • O empréstimo junto ao Santander foi obtido para financiamento de capital de giro a curto prazo. • Os empréstimos do Banrisul e Brde foram obtidos para financiamento da aquisição de veículos. Os empréstimos e financiamentos contratados pela Eletrocar possuem convenants e garantias financeiras de recebíveis, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar no vencimento antecipado dos contratos. Vencimento das parcelas não circulantes dos empréstimos e financiamentos:

Provisão Contingências	2024		2023	
	CP/LP	Dep. Jud.	CP/LP	Dep. Jud.
Trabalhistas	-	200	46	-
Cíveis	-	1.589	5	-
Outras	-	8.384	-	-
Total	-	10.173	51	2.165

Composição Acionistas

	2024	2023
Prefeitura M. de Carazinho	1.514.361	1.514.361
Roberto Neves Rodrigues	49.441	49.441
Prefeitura M. de Selbach	12.386	12.386
Prefeitura M. de Colorado	86	86
Diversos	22.059	22.059
Total	1.598.333	1.598.333

• O valor Patrimonial de cada ação em 31/12/24 é de R\$42,85 e R\$41,45 em 31/12/23. **7.14.1.1 - Dividendos:** O Estatuto Social da Companhia é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado. Por força do contrato de concessão a distribuição de dividendos acima dos 25% fica vinculada ao cumprimento dos parâmetros mínimos estabelecidos. **7.14.2 - Reserva de Capital:** Constituída com base no cálculo da remuneração do capital próprio (JOA) sobre as imobilizações em curso. **7.14.3 - Ajuste de Avaliação Patrimonial:** Os ajustes de avaliação patrimonial foram constituídos de acordo com a Res. 396/10 da ANEEL tendo como base o Laudo da Base de Remuneração Extraordinária-BRR de 31/07/2022 ajustado até 31/12/24.

Avaliação

	2024	2023
Valor novo de reposição	57.820	59.050
Depreciação (25.264) (24.380)	(25.264)	(24.380)
Obrigações especiais	(19.444)	(19.444)
Obrigações especiais - Depreciação	6.414	5.700
Total	19.526	20.926

7.14.4 - Reserva de Lucros:

	2024	2023
Reserva legal	160	547
Reserva Especial - Dividendos e JCP não distribuídos	-	1.607

7.16 - Receita Operacional: 7.16.1 - Receita faturada de energia elétrica por classe de consumo e demais receitas:

Classes	2024		2023		2024		2023	
	Nº Consumidores	MWh	Reais	Reais	2024	2023	2024	2023
Fornecimento Faturado:								
Residencial	31.861	31.593	80.686	73.728	61.711	53.166	61.711	53.166
Industrial	152	159	62.012	56.438	18.257	18.137	18.257	18.137
Comercial	4.035	3.994	50.770	45.779	30.704	28.199	30.704	28.199
Rural	3.631	3.647	22.571	22.330	15.024	13.733	15.024	13.733
Poder público	435	427	4.848	4.407	3.657	3.154	3.657	3.154
Iluminação pública	11	10	5.460	5.511	2.396	2.278	2.396	2.278
Serviço público	31	30	6.311	6.297	2.652	3.687	2.652	3.687
Consumo próprio	5	5	223	218	-	-	-	-
Total	40.169	39.865	232.881	214.708	134.401	122.354	134.401	122.354

Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - Eletrocar - CNPJ 88.446.034/0001-55 - I.E.025/0053039

- Serviço Público - 30%. • As alíquotas de PIS/COFINS aplicadas, regime não cumulativo, são: PIS: 1,65% e Cofins: 7,60% para as receitas operacionais; para as receitas financeiras são de 0,65% e 4% respectivamente. A alíquota de ISS é de 3%.

7.19 - Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	Em Mwh		Em R\$	
	2024	2023	2024	2023
Energia comprada	153.779	150.580	38.847	32.771
Geração distribuída			17.529	14.744
Proinfa	3.075	3.262	2.097	2.375
Variação cambial Itaipu			254	(62)
(-) Créditos PIS/COFINS			(3.837)	(3.348)
Total compra energia			54.890	46.480
Encargos de uso da rede			19.403	18.007
Encargo de Energia - ESS/EER			4.143	3.587
(-) Créditos PIS/COFINS			(1.712)	(1.543)
Total encargos			21.834	20.051
Custo com energia	156.854	153.84	76.724	66.531

7.20 - Custos operacionais totais: 7.20.1 - Despesas por Natureza de Gastos:

	2024	2023
Natureza		
Pessoal - empregados	16.178	14.473
Pessoal - administradores	1.167	1.129
Material	1.271	1.251
Serviço de terceiros	4.587	3.687
Custo com energia comprada	76.724	66.531
Custo de construção infraestrutura	7.432	6.479
Aluguéis	727	116
Seguros	178	154
Depreciação/amortização	3.819	3.715
Impostos e taxas	108	174
(-) Recuperação de despesas	(370)	(250)
Outras despesas	2.880	2.407
Provisões/reversões	1.956	1.266
Contribuições e doações	254	124
Baixa bens ativo	625	326
Total	117.536	101.582

7.21 - Resultado Financeiro: 7.21.1 - Receitas e Despesas Financeiras:

	2024	2023
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	282	233
Acréscimos moratórios contas energia	1.429	1.165
Variações monetárias	1.549	4.091
Atualizações monetárias CVA	946	614
Outras	6	46
(-) Tributos	(231)	(363)
Total	3.981	5.786

	2024	2023
Despesas		
Encargos de dívidas	504	657
Juros bancários/IOF	503	659
Juros e multas	22	367
Juros sobre o capital próprio	3.026	2.782
Variações monetárias	1.117	2.764
Atualização CVA	712	254
Outras	38	12
Total	5.922	7.495
Resultado	(1.941)	(1.709)

	2024	2023
Consumidores Baixa tensão		
Residenciais - B1	(6,59%)	(6,24%)
Alta tensão	(14,02%)	(8,24%)
Consumidores Baixa tensão		
Residenciais - B1	9,15%	10,16%
Alta tensão	4,63%	8,72%

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração da Eletrocar na 5ª revisão tarifária periódica.

	Valor
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	139.151.254

7.22 - Seguros: A Companhia mantém cobertura securitária patrimonial e da frota de veículos, garantindo a terceiros cobertura de danos pessoais e matérias, suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza e o grau de risco dos ativos e responsabilidades.

Bens Segurados	Vigência	Valores segurado
Veículos	2024 2023	Tabela Fipe
Patrimonial (incêndio/danos elétricos/vendaval)	21/06/24 a 21/06/25	24.275.000,00

7.23 - Participação de Resultados: Consta em cláusula de dissídio coletivo, porém ainda não foi implantado o programa de participação dos empregados nos resultados da empresa. **7.24 - Instrumentos Financeiros:** Os valores estimados de mercado e os instrumentos financeiros dos Ativos e Passivos da Companhia em 31/12/24 e 31/12/2023 não se apresentam diferentes daqueles reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. A Companhia não atua no mercado de derivativos nem tem instrumentos financeiros que estejam registrados no exercício. **7.25 - Aliquotas PIS/COFINS:** Até junho de 2005 as alíquotas de PIS e COFINS eram incluídas no cálculo da tarifa de forma cumulativa, reconhecendo as diferenças pagas a maior em ativo regulatório. A partir da tarifa de 29 de junho de 2005 a apuração passou a ser de forma não cumulativa calculada pela empresa e cobrado diretamente do consumidor pela alíquota efetiva. **7.26 - Transações com Partes Relacionadas:** Quanto às transações entre partes relacionadas, as transações de compra e venda de energia e de prestação de serviços são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. As mesmas são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos. **7.27 - Remuneração dos Administradores:** A remuneração dos Administradores é fixada pela Assembleia Geral. **7.28 - Plano de Previdência e Outros Benefícios aos Empregados:** A empresa não possui plano de complementação de aposentadoria. A empresa concede benefícios aos seus empregados tais como: vale alimentação, vale transporte, auxílio creche, seguro de vida, incentivo educacional, auxílio acidente trabalho. **7.29 - Questões Ambientais:** A Eletrocar vem tentando minimizar ao máximo as consequências do impacto produzido no meio ambiente, executando com bastante cautela os cortes e/ou poda de árvores na implantação e manutenção das redes de distribuição urbanas e rurais. **7.30 - Revisão Tarifária Periódica - RTP:** A revisão tarifária é realizada a cada 5 anos e está prevista no contrato de concessão e tem como objetivo reposicionar as tarifas para assegurar a remuneração dos investimentos prudentes e cobertura dos custos operacionais eficientes, de modo a proporcionar um serviço de qualidade aos consumidores. De acordo com o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 084/2000, firmado entre a ANEEL e a Distribuidora em 09 de dezembro de 2015, a próxima Revisão Tarifária periódica da Empresa ocorrerá na data de 22 de julho de 2027. Nos períodos entre as revisões são realizados os reajustes tarifários. A 5ª Revisão Tarifária Periódica - RTP da ELETROCAR ocorreu em 22 de julho de 2022 e o reajuste tarifário - RTA em 2024/2023, teve a seguinte recomposição tarifária:

Descrição	Valor
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	32.688.137
(4) Bens Totalmente Depreciados	18.825.085
(5) Base de Remuneração Bruta	87.638.031
(17) Taxa de Depreciação	3,51%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	3.076.095

Descrição

Base de Remuneração Líquida e Remuneração do Capital (RC)

(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição) 139.151.254

(6) Depreciação Acumulada 53.101.456

(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso) 86.049.797

(8) Índice de Aproveitamento Depreciado -

(9) Valor da Base de Remuneração (VBR) 86.049.797

(10) Almojarifado em Operação 173.232

(11) Ativo Diferido -

(12) Obrigações Especiais Líquida 23.892.890

(13) Terrenos e Servidões 6.977.568

(14) Base de Remuneração Líquida **69.307.707**

7.31 - Análise Econômico-Financeira - (valores em R\$ mil): Destacamos abaixo alguns dos resultados econômico-financeiros da Eletrocar no término do exercício: **Receita Operacional Bruta Anual:** A receita operacional foi de R\$175.698.422,95 sendo 12,07% superior a 2023 que foi de R\$156.773.892,69. A receita de Fornecimento de Energia Elétrica faturada foi de R\$134.401.313,60 122.354.211,21 contra R\$122.354.211,21 em 2023, sendo 9,85% maior que 2023. **ICMS s/Faturamento Energia Elétrica:** O ICMS faturado foi de R\$20.400.254,99 em 2024 e de R\$17.224.277,75 em 2023, sendo 18,44% superior a 2023. **Demais impostos:** PIS, COFINS e ISS somaram o valor de R\$13.851.643,47 em 2024 e R\$12.415.610,59 em 2023, sendo superior em 11,57%. **Encargos Setoriais:** Os encargos setoriais foram de R\$20.105.981,01 em 2024 e R\$19.954.433,39 em 2023 tendo um aumento de 0,76%. **Despesas com Pessoal e Administradores:** As despesas com pessoal em 2024 foram de R\$17.345.249,63 e em 2023 foi de R\$15.600.983,96, tendo um aumento de 11,18%. **Custos com Energia Elétrica:** Os custos com energia elétrica foram de R\$76.723.601,14 em 2024 e R\$66.530.856,05 em 2023, tendo um aumento de 15,32%. A compra de energia para revenda foi de R\$38.847.059,17 em 2024 e de R\$32.771.589,33 em 2023, tendo um aumento de 18,54%. A geração distribuída, teve um aumento de 18,89%, sendo R\$17.529.252,19 em 2024 e R\$14.743.630,36 em 2023 (13,74%). O Proinfa teve uma redução de 11,69% sendo de R\$2.097.130,47 em 2024 e R\$2.374.620,72 em 2023 (13,74%). Os Encargos de Uso do Sistema e Conexão foram de R\$19.402.592,11 em 2024 e R\$18.006.752,77 em 2023, tendo uma variação de 7,75%. Os demais encargos e despesas (ESS/ERR) foram de R\$4.143.088,28 e em 2023 de R\$3.587.091,17 tendo uma variação de 15,50%. Os créditos gerados de PIS/COFINS sobre os custos com energia elétrica foram de R\$5.549.445,21 em 2024 e de R\$4.890.732,69 em 2023 tendo um aumento de 13,47%. **Material e Serviço de Terceiro:** As despesas foram de R\$5.858.098,89 em 2024 e de R\$4.937.635,06 em 2023, tendo um aumento de 18,64%, (10,22% em 2023). **Provisões e reversões:** As provisões para prováveis perdas foram de R\$1.955.880,97 em 2024 e de R\$1.266.390,51 em 2023, tendo uma variação de 54,45%. **Depreciações:** As depreciações/Amortizações somaram o valor de R\$3.818.747,91 em 2024 contra R\$ 3.715.107,15 em 2023, tendo um aumento de 2,79%. **Demais Despesas Operacionais:** As demais despesas operacionais, exceto depreciações e provisões, foram de R\$4.402.922,86 em 2024 e R\$3.052.184,26 em 2023, tendo uma variação de 44,25%. **Receita Financeira:** As receitas financeiras atingiram o valor de R\$3.981.113,84 e R\$5.785.819,72 em 2023 tendo uma variação negativa de 31,19%. **Despesas Financeiras:** As despesas financeiras foram de R\$5.921.992,25 em 2024 e R\$7.494.778,17 em 2023, tendo uma variação de negativa de 20,99%. **Lucro Operacional da Atividade:** O lucro operacional da atividade foi de R\$3.804.509,32 em 2024 e de R\$5.597.386,64 em 2023, tendo uma variação negativa de 32,03%. **Capital Circulante Líquido:** O Capital Circulante Líquido foi de R\$1.291.783,14 em 2024 e R\$5.083.408,76 negativo em 2023, tendo uma variação de 293,52%. **Lucro Bruto do Exercício:** O lucro bruto do exercício antes da reversão dos juros sobre o capital próprio foi de R\$1.863.630,91 em 2024 e R\$3.888.428,19 em 2023. **Lucro Líquido do Exercício:** O lucro líquido do exercício foi de R\$3.196.950,26

	2024	2023
Consumidores Baixa tensão		
Residenciais - B1	(6,59%)	(6,24%)
Alta tensão	(14,02%)	(8,24%)
Consumidores Baixa tensão		
Residenciais - B1	9,15%	10,16%
Alta tensão	4,63%	8,72%

	2024	2023
Consumidores Baixa tensão		
Residenciais - B1	(6,59%)	(6,24%)
Alta tensão	(14,02%)	(8,24%)
Consumidores Baixa tensão		
Residenciais - B1	9,15%	10,16%
Alta tensão	4,63%	8,72%

Diretoria		
Jéssica Larger Previatti	Ana Paula de Souza Sartori	Wagner Cassiano Zeni
Diretora Presidente - CPF 023.423.340-01	Diretora Administrativa e Financeira - CPF 016.199.650-70	Diretor Comercial - CPF 004.653.100-95

Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas: Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Carazinho S/A - Eletrocar, dando cumprimento a disposições legais e estatutárias examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e Demais Demonstrativos Contábeis bem como as Notas Explicativas e com base nos pareceres dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, são de parecer que os mesmos refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos, em condições de serem submetidos à apreciação e consequente aprovação pelos Senhores Acionistas na Assembleia Geral. Carazinho/RS, 28 de março de 2025

Norton Luiz Barroso - Conselheiro - CPF 739.968.660-20	Rafael Hackenhaar - Conselheiro - CPF 831.410.300-49	Odair de Oliveira - Conselheiro - CPF 465.576.600-04
---	---	---

Manifestação do Conselho de Administração

	Carazinho/RS, 07 de abril de 2025	
Eício Jorge Bortoloti	Marlon Augusto Allebrandt	Loidemar Reis de Queiros
Presidente - CPF 384.715.400-10	Conselheiro - CPF 015.079.410-05	Vice-Presidente - CPF 929.935.590-87
Leandro Garcia da Silva	Lisiane Bueno Maidana	Enio Rodinei Parnoff
Conselheiro - CPF 946.775.490-87	Conselheira - CPF 716.755.310-72	Conselheiro - CPF 590.333.200-53

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre/RS, 21 de março de 2025

ACS AUDITORES E CONSULTORES SS

Antônio César da Silva

Contador - Mestre em Controladoria

CRC-RS 043890-09

CVM AD 17.595 - Registro 12840

e R\$4.620.333,04 em 2023. **EBITDA:** Lucro da atividade excluída as depreciações, em 2024 foi de R\$7.623.257,23 e R\$9.312.493,79 em 2023.

Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

	2024	2023
+ Lucro líquido	3.196.950,26	4.620.333,04
- Juros capital próprio	(3.025.691,73)	(2.781.649,77)
+ I. Renda e C. Social	1.692.372,38	2.049.744,92
+ Resultado financeiro	1.940.878,41	1.708.958,45
+ Depreciação/Amortização	3.818.747,91	3.715.107,15
= Geração de Caixa (Ebitda)	7.623.257,23	9.312.493,79

A seguir apresentamos alguns indicadores da empresa:

Coefficiente	Formula	2024	2023
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	% 0,08	0,04
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	% 1,02	0,86
Liquidez Geral	$\frac{\text{A. Circ. + Exig. L/P}}{\text{P. Circ. + Exig. L/P}}$	% 0,96	0,91
Endividamento total	$\frac{\text{Exigibilidades Total}}{\text{Ativo Total}}$	% 0,43	0,46
Retorno do Capital	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	% 0,05	0,07
Razão Operacional	$\frac{\text{Despesa Operacional}}{\text{Receita Líquida}}$	% 0,97	0,95
Capital Fixo Aplicado	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Ativo Total}}$	% 0,58	0,58
Despesa Pessoal x Receita Líquida	$\frac{\text{Despesa Pessoal}}{\text{Receita Líquida}}$	% 0,14	0,15
Energia Comprada x Receita Líquida	$\frac{\text{Compra Energia}}{\text{Receita Líquida}}$	% 0,69	0,68
Ebitda	$\frac{\text{Lucro Exercício} + \text{Depreciação}}{\text{Receita Líquida}}$	% 7,623	9,312

7.32 - Governança: O Plano de Negócios da Eletrocar levou em consideração a estratégia pela sobrevivência, como forma de enfrentamento da crise financeira da companhia, sendo que vem sendo tomadas medidas concretas no sentido de manter a saúde financeira da companhia, bem como a tomada de decisões pautadas pela eficiência/eficácia/economicidade e desburocratização nos atos administrativos. Estes itens, no que envolve a Carta Anual da Governança, passam a ser acompanhados pelos indicadores de sustentabilidade. Com relação à estrutura societária da companhia, não estão previstas alterações na composição societária. **7.33 - Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e CONFINS:** Conforme processo 5000174-80.2012.4.04.7104 - TRF4, com sentença em trânsito em julgado em outubro de 2020, determinando o cálculo com base no ICMS destacado em nota fiscal, porém a receita Federal quer reconhecer apenas o ICMS sobre o saldo devedor, conforme entendimento Costi 013/2018. A empresa habilitou o valor de R\$35.103.644,20 conforme pedido em 15/07/21 e Despacho decisorio da RFB em 23/07/21. Foram compensados de julho 2021 a dezembro de 2020 o valor de R\$17.724.890,96, restando um saldo atualizado de R\$20.638.203,82. **7.34 - Aporte de Capital:** Conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusula 1ª, III e cláusula 4ª do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 084/2000-Aneel, havendo necessidade, o sócio Controlador deverá aportar recursos sob forma de integralização do Capital Social, em Caixa ou Equivalentes de Caixa, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira da Concessionária. **7.35 - Compra de energia:** A partir de julho de 2019 a empresa começou a comprar energia elétrica no mercado livre junto a CCEE, de aproximadamente 92% do mercado próprio, conforme chamada publica 018/02 de 19/04/18. Os diretores da Companhia declaram que examinarão, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes, no Parecer do Conselho Fiscal e Manifestação do Conselho de Administração e demais órgãos a seguir apresentado.

Contador	
Rui Luiz Toso	CRC/RS 40.629 - CPF: 273.968.430-49

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Para download do arquivo contendo a certificação digital, clique no link:

<https://jornalcomercio.redeimagem.com.br/viewer/pagestream?token=7WnDZJiSZ3UYqf10r7PvhHaJKD74YSmGARoasVGLbKul964q1S4%2Fcq86QHA%2BE9yf>



Para verificar a autenticidade do documento acima, acesse o verificador do site do ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação), ferramenta indicada pela ICP Brasil para validação da certificação digital.

<https://validar.iti.gov.br>

(Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil)

Certificado(s)

Nome: EMPRESA JORNALISTICA J C JARROS LTDA:92785989000104
Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5
Data da assinatura: 23/04/2025 00:16:46



Este documento foi assinado digitalmente por:

EMPRESA JORNALISTICA J C JARROS LTDA:92785989000104

Para download do arquivo contendo a certificação digital clique no link:

<https://jornalcomercio.redeimagem.com.br/viewer/pagestream?token=7WnDZJiSZ3UYqf10r7PvhHaJKD74YSmGARoasVGLbKul964q1S4%2Fcq86QHA%2BE9yf>